

A CONTRIBUIÇÃO DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andréia Teresinha Theodoro Velho¹
Solange Cristina da Silva²

RESUMO

A inclusão na Educação Infantil é um desafio que exige uma abordagem crítica e reflexiva. Sendo assim, esse artigo se refere a uma pesquisa de revisão bibliográfica que objetiva analisar a contribuição do modelo social da deficiência para a inclusão na Educação Infantil. A busca foi feita na BDTD – Bases de Dados de Teses e Dissertações, em 01/04/2025, utilizando-se dos os descritores (Modelo Social da Deficiência) AND (Educação infantil), considerando o período 01/01/2020 a 31/12/2024. A partir dessa busca, encontramos 34 publicações, as quais foram analisadas tendo como foco a pergunta: A deficiência entendida não como uma limitação individual, mas como uma construção social influenciada por barreiras estruturais, culturais e pedagógicas pode contribuir para a inclusão na Educação Infantil? Como resultado parcial, concluímos que o modelo social da deficiência, por ter como central a eliminação das barreiras enfrentadas pelas crianças com deficiência, contribui para sua inclusão na Educação Infantil. Visto que, o olhar que se tem em relação a deficiência é o que vai direcionar as práticas pedagógicas no atendimento a essas crianças. Consideramos então, que a exclusão ocorre pela falta de adequações e pelo olhar capacitista presente em muitas práticas pedagógicas. Para incluir é preciso um ambiente que acolha e valorize as diferenças.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Modelo Social da Deficiência, Educação Especial, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O debate sobre inclusão na Educação Infantil tem se fortalecido a partir das mudanças legais e sociais que reafirmam o direito de todas as crianças à educação. Nesse contexto, a maneira como a deficiência é compreendida influencia diretamente as práticas escolares: enquanto o modelo médico tende a restringir a criança à sua limitação individual, o modelo social desloca o foco para as barreiras estruturais, culturais e pedagógicas que produzem a exclusão. Essa mudança de perspectiva permite reconhecer a criança com deficiência como sujeito de direitos, participante ativo da vida escolar, e não como alguém que apenas precisa ser “adaptado” ao espaço já existente.

¹ Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede – PROFEI/CEAD/UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina, andreia.theodoro.udesc.t5@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora. Professora do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede – PROFEI/CEAD/UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina, solange.silva@udesc.br;

Foi a partir dessa inquietação que se desenvolveu esta pesquisa, com o objetivo de analisar a contribuição do modelo social da deficiência para a inclusão na Educação Infantil. A relevância do estudo está no fato de que, apesar dos avanços legais e do crescimento das matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial, ainda persistem práticas pedagógicas permeadas pelo capacitismo e pela ausência de adequações que garantam o pleno acesso, permanência e participação dessas crianças.

A investigação consistiu em uma revisão bibliográfica realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em 01 de abril de 2025. Foram utilizados os descritores “Modelo Social da Deficiência” e “Educação Infantil”, considerando o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2024. Inicialmente, foram encontradas 34 publicações. Após a aplicação dos critérios de inclusão, estudos em língua portuguesa, com acesso integral e que abordassem simultaneamente a Educação Infantil e o modelo social da deficiência, e dos critérios de exclusão, duplicidade, idioma estrangeiro ou ausência de uma das temáticas, restaram 2 trabalhos para análise. A escolha pela BDTD como fonte justifica-se por sua representatividade e alcance no cenário acadêmico brasileiro.

A análise das publicações mostrou que o modelo social, ao enfatizar a eliminação das barreiras, contribui de forma decisiva para repensar as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Os resultados evidenciaram que a exclusão não decorre da deficiência em si, mas da falta de adequações, de acessibilidade e de uma postura pedagógica verdadeiramente inclusiva. Em outras palavras, o que define a qualidade da experiência escolar da criança não é sua condição individual, mas o modo como a instituição se organiza para acolher e valorizar a diversidade.

Conclui-se, assim, que compreender a deficiência como construção social é essencial para consolidar uma Educação Infantil inclusiva. Mais do que um deslocamento conceitual, trata-se de um movimento prático e político: criar ambientes educativos que favoreçam a participação de todas as crianças, combatendo preconceitos e promovendo relações pedagógicas equitativas, capazes de transformar a escola em um espaço de convivência, aprendizado e cidadania.

METODOLOGIA

A busca de publicações foi feita na BDTD – Bases de Dados de Teses e Dissertações, em 01/04/2025, utilizando-se dos os descritores (Modelo Social da Deficiência) AND (Educação infantil), considerando o período 01/01/2020 a 31/12/2024.

Para a análise dos dados, esta pesquisa adotou o método de Análise de Conteúdo (AC), conforme proposto por Bardin (2016). A análise teve como foco responder a pergunta: A deficiência entendida não como uma limitação individual, mas como uma construção social influenciada por barreiras estruturais, culturais e pedagógicas pode contribuir para a inclusão na Educação Infantil?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dessa busca, encontramos 34 publicações, destas 02 foram selecionadas para análise (Cavalcante, 2022; Grabowski, 2024) A escolha da BDTD como repositórios para a busca foi fundamentada em sua representatividade e alcance no contexto acadêmico brasileiro.

Para iniciar as buscas, foram definidos critérios de inclusão e exclusão que nortearam a seleção dos trabalhos. Os critérios de inclusão contemplam estudos que abordam a temática da educação infantil e do modelo social, pesquisas com acesso integral e em língua portuguesa. Como critério de exclusão foram pesquisas que não discutem essas temáticas concomitantemente, trabalhos duplicados e que são anteriores ao período proposto para a busca.

Tabela 1 - Informações da busca de publicações nas bases de dados BDTD

Descritores	Nº Total de Publicações	Excluídos por repetição	Excluídos por não conter a temática “Modelo Social”	Excluídos por não conter a temática “Educação Infantil”	Excluído por idioma	Total de Publicações para análise
(Modelo Social da Deficiência) AND (Educação infantil)	34	1	19	11	1	2

A análise realizada evidenciou que a compreensão da deficiência a partir do modelo social contribui para ressignificar práticas inclusivas na Educação Infantil. O modelo social compreende a deficiência como consequência da interação entre a condição individual e as barreiras sociais, estruturais e atitudinais, deslocando a explicação da deficiência de um âmbito estritamente médico para um campo social e político (CAVALCANTE, 2022). Esse deslocamento de perspectiva mostra-se essencial para superar a visão restritiva que entende a deficiência como um problema individual, permitindo que se reconheçam as responsabilidades coletivas na construção da inclusão.

Nessa mesma direção, Grabowski (2024, p. 8) ressalta que “o brincar é essencial para o desenvolvimento infantil, pois promove desenvolvimento e aprendizagem através da ampliação das funções psíquicas superiores, fortalecimento de vínculos afetivos e acesso aos bens culturais.” Esse entendimento enfatiza que as práticas pedagógicas não podem se pautar apenas em diagnósticos ou em supostas incapacidades, mas precisam considerar os contextos, os recursos disponíveis e, sobretudo, a forma como a instituição escolar organiza suas relações e experiências de aprendizagens.

A contextualização da pesquisa apontou que tanto a literatura quanto às práticas analisadas convergem para a necessidade de repensar o papel da escola. A inclusão se efetiva quando a deficiência deixa de ser compreendida como um limite intransponível e passa a ser vista em sua dimensão social, revelando que o verdadeiro obstáculo está nas barreiras pedagógicas, culturais e estruturais que limitam a participação das crianças. Ao criar um ambiente acessível e acolhedor, a Educação Infantil abre espaço para que cada criança, com

ou sem deficiência e em suas peculiaridades, possa desenvolver-se de forma plena, em experiências de convivência, interação e aprendizagem compartilhada.

Ao aprofundar a análise, torna-se evidente que as barreiras pedagógicas desempenham um papel determinante no processo de inclusão. Quando não são problematizadas, acabam reforçando concepções de incapacidade e limitação, restringindo o acesso das crianças a experiências significativas de aprendizagem. No entanto, como ressalta Cavalcante (2022, p. 128), “essa visão pode influenciar as estratégias e ações no processo de escolarização, por ter como ponto de partida o pressuposto de que a própria criança tem que se adaptar ao contexto social, já que o “problema” estaria no corpo dela”. Assim, a superação dessas barreiras é um dos caminhos mais potentes para transformar a escola em um espaço de oportunidades e ampliação de repertórios e não de exclusão.

Esse movimento exige que a criança com deficiência seja reconhecida em sua potência, como sujeito capaz de criar, interagir e participar das dinâmicas escolares. Conforme afirma Cavalcante (2022, p. 88), “crianças com deficiência gostaríamos de reafirmar o reconhecimento de que todas essas crianças são sujeitos de direitos, atores sociais, considerando seus nomes, suas histórias, suas culturas, passando a ser identificadas”. Essa perspectiva ressignifica a forma de olhar para a infância, deslocando a atenção de um foco centrado na limitação individual para a construção de contextos que favoreçam a inclusão.

Nesse sentido, também é fundamental considerar que a deficiência não pode ser reduzida a uma condição biológica. Como aponta Grabowski (2024, p.21) “a deficiência não envolve apenas questões biológicas e psicológicas, a deficiência envolve obstáculos físicos, restrições e limitações provocadas pelo social.” Essa compreensão amplia a responsabilidade da escola e dos educadores, pois evidencia que a exclusão não decorre apenas das características da criança, mas das condições impostas pelo ambiente em que ela se insere.

A Educação Infantil, ao assumir uma perspectiva inclusiva, deve ir além da ideia de adaptação pontual, reconhecendo que a deficiência se constroi também nas relações sociais. Como destaca Cavalcante (2022, p. 71), “necessidade de apreciar a ética do cuidado e o cuidado como uma prática social de forma a compreender seus sentidos na construção de relações cooperativas, respeitosas e atenciosas, que valorizam a autonomia e participação dos sujeitos e suas particularidades no contexto da EI.” Esse entendimento reforça que o papel da instituição é criar condições reais de acesso, permanência e participação, garantindo experiências de brincar, aprender e conviver em igualdade de oportunidades.

Por fim, cabe destacar que as práticas pedagógicas, por sua organização e intencionalidade, podem ser tanto limitadoras quanto emancipadoras. Nesse sentido,

Grabowski (2024, p. 74) afirma que “práticas pedagógicas, entendendo que as interações estabelecidas no brincar propiciam aprendizagens, desenvolvimento, socialização, manifestações de afetos, regulação emocional, manejo das frustrações e conflitos.” Evidenciando que a inclusão não é apenas um ideal abstrato, mas uma ação concreta que se constroi nas escolhas pedagógicas cotidianas, no modo como as atividades são propostas e nos espaços de interação que a escola promove.

Os resultados desta pesquisa, ao dialogar com esses referenciais, indicam que a inclusão na Educação Infantil não depende apenas de políticas ou legislações, que são importantes, mas necessita também de um compromisso cotidiano da escola em repensar suas práticas, eliminar barreiras e reconhecer as crianças com deficiência como protagonistas de seu processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo social da deficiência, por ter como central a eliminação das barreiras enfrentadas pelas crianças com deficiência, contribui para sua inclusão na Educação Infantil. Visto que, o olhar que se tem em relação a deficiência é o que vai direcionar as práticas pedagógicas no atendimento a essas crianças. Consideramos então, que a exclusão ocorre pela falta de adequações e pelo olhar capacitista presente em muitas práticas pedagógicas. Para incluir é preciso um ambiente que acolha e valorize as diferenças.

A análise realizada permitiu compreender que a deficiência, quando pensada a partir do modelo social, deixa de ser vista como um limite individual e passa a ser entendida como um fenômeno que se constroi nas relações sociais, nas práticas pedagógicas e nas barreiras que a escola mantém ou supera. Essa mudança de olhar é essencial para que a Educação Infantil se consolide como espaço inclusivo, capaz de acolher e valorizar todas as crianças em sua singularidade.

Os resultados mostraram que a inclusão não se resume à presença física da criança com deficiência na sala de aula, mas depende da qualidade das experiências de interação, aprendizagem e convivência que lhe são oferecidas. Quando as práticas pedagógicas são organizadas de modo a eliminar barreiras, a criança se torna sujeito ativo de sua formação, participando, criando e interagindo com os demais. Por outro lado, quando tais barreiras são

mantidas, reforçam-se concepções capacitistas que reduzem a infância a uma ideia de limitação.



Conclui-se, portanto, que a inclusão na Educação Infantil só é possível quando a escola reconhece sua responsabilidade social e política na superação de barreiras estruturais, culturais e pedagógicas. Mais do que um desafio, trata-se de um compromisso ético com o direito das crianças à educação de qualidade, em ambientes que favoreçam o desenvolvimento pleno e a construção de relações respeitadas e significativas. A deficiência, entendida como construção social, revela-se, assim, não como um obstáculo intransponível, mas como um convite a repensar práticas, reinventar caminhos e reafirmar o princípio de que todas as crianças podem aprender e conviver em igualdade de condições.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CAVALCANTE, Fabiana Silva Zuttin. *Inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil: relações, sentidos e práticas*. 2022. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022.

GRABOWSKI, Bruna Silva. *O brincar de crianças em idade pré-escolar com deficiência intelectual: considerações teóricas a partir de Vigotski*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.